

## Gestão social, democracia e os desafios da crise sociopolítica no contexto da pandemia: uma análise a partir da RGS e do ENAPEGS 2020

*Social management, democracy and the challenges of the socio-political crisis in the context of the pandemic: an analysis from the RGS and ENAPEGS 2020*

Leonardo Prates Leal <sup>1</sup>

Maria Amelia Jundurian Corá <sup>2</sup>

### RESUMO

Este trabalho tem o intuito de explorar como os efeitos da atual conjuntura sociopolítica e da pandemia do Covid-19 no Brasil estão impactando a Rede de Pesquisadores em Gestão Social (RGS) e a organização do Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social (ENAPEGS). Para tanto, utiliza-se como recurso analítico, os relatos sociopolíticos, as ações governamentais e a uma visão geral sobre a situação da pandemia do Covid-19. Os resultados são apresentados como um conjunto de considerações sobre como essas incertezas estão impactando a gestão social como um campo de pesquisa, como uma prática no contexto da RGS e como está impactando a organização do ENAPEGS. Acima de tudo, o trabalho apresenta algumas oportunidades que estão surgindo e reflete sobre como usá-las para consolidar o campo epistemológico e tecnológico da gestão social.

**Palavras chave:** Gestão Social; Crise da Democracia; Rede de Pesquisadores em Gestão Social (RGS); Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social (ENAPEGS); Pandemia de Covid-19.

### ABSTRACT

This work aims to analyze how the current sociopolitical situation and the Covid-19 pandemic in Brazil is impacting the Network of Researches in Social Management (RGS) and the organization of the National Meeting of Researchers in Social Management (ENAPEGS). Therefore sociopolitical reports, government actions, and the overview of the Covid-19 pandemic situation are used as an analytical resource. The outcomes are presented as a set of considerations about how these uncertainties are impacting the social management as a research field, as a practice in the context of the RGS, and as it is impacting the organization of the ENAPEGS event. Above all, the work presents some opportunities that are coming up and reflects about how to use that to consolidate the epistemological and technological field of social management.

**Keywords:** Social Management; Democratic Crisis; Network of Researches in Social Management (RGS); National Meeting of Researchers in Social Management (ENAPEGS); Pandemic of Covid-19.

<sup>1</sup> Professor do curso de Administração Pública da Universidade Federal de Alagoas (UFAL, Brasil). Mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutorando em Ciência Política pelo ISCTE-IUL (Portugal) e Universidade de Brasília (Brasil). E-mail: [leonardo.leal@arapiraca.ufal.br](mailto:leonardo.leal@arapiraca.ufal.br)

<sup>2</sup> Professora Adjunta do curso de Administração da Universidade Federal de Alagoas (UFAL, Brasil). Graduada e Mestre em Administração e Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-mail: [maria.cora@arapiraca.ufal.com](mailto:maria.cora@arapiraca.ufal.com)

Artigo Convidado para compor este Fórum Especial em Democracia, Políticas Públicas e COVID-19. Agradecemos aos autores a participação neste debate tão urgente.

## 1. Gestão social, democracia e participação

Este trabalho tem como objetivo analisar o atual contexto social, político e econômico e as consequências que recaíram sobre os trabalhos de ensino, pesquisa e extensão dos pesquisadores, professores, estudantes e gestores públicos e sociais vinculados à Rede de Pesquisadores em Gestão Social (RGS), também procura compreender os efeitos que essas condições produziram sobre a organização do XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social - ENAPEGS 2020.

Antes de mais, não é descomedimento lembrar que os princípios e conceitos que estruturaram a RGS se consolidaram na medida que os pesquisadores encontraram um conjunto de experiências efervescentes no recente processo de expansão e aprofundamento da democracia brasileira e de suas instituições. Desde a Constituição de 1988, as instituições da sociedade civil, os movimentos sociais e as políticas públicas conheceram um inédito alargamento das liberdades políticas e civis, e das capacidades estatais para consolidar um Estado com capacidade de criar as condições necessárias para o desenvolvimento nacional, bem como para o bem-estar da população.

Adicionalmente, desde o final dos anos 1990, diversas ações da sociedade civil e iniciativas de políticas públicas que foram elaboradas e postas em prática, serviram como substância e combustível para os pesquisadores consolidarem os conceitos e fundamentar as pesquisas no campo da gestão social. É assim que muitas dessas experiências inovadoras estiveram presentes na pauta das exportações democráticas do Brasil, a exemplo do orçamento participativo nascido na cidade de Porto Alegre/RS, atualmente difundido em todo o mundo, além do Programa Bolsa Família que serviu de modelo para políticas de transferência de renda e segurança alimentar em muitos países de África.

Assim, o Brasil se tornou um importante representante de experimentações democráticas com participação cidadã e inovação institucional na arena pública internacional. O modelo de orçamento participativo chegou a ser qualificado como “boas práticas” pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1996, figurava entre os 40 melhores programas de políticas no mundo, referindo-se a mecanismos que melhoram a participação dos cidadãos e da sociedade civil em processos de criação de políticas públicas. O processo de mudança pelo qual passaram as instituições do Estado e a sociedade civil através da participação social favoreceu uma ampla gama de reformas democráticas, muitas arrojadas e exitosas no Brasil (LEAL, 2019).

Esses elementos ainda hoje servem para apresentar a gestão social como um paradigma de governança que contrapõe-se a modos de gestão fundados em hierarquia, controle e racionalização, característicos da gestão privada e da gestão pública tradicional (BOULLOSA; SCHOMMER, 2010). Por assim dizer, trata-se de uma gestão democrática e participativa, quer na formulação das políticas públicas, quer naquelas relações de caráter produtivo. Um processo gerencial dialógico no qual a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação (TENÓRIO, 1998, 2005, 2012, CANÇADO et al., 2011).

Inúmeras experiências podem fornecer evidência empírica para o conceito de gestão social, dentre as quais encontram-se: as práticas de democracia interna em partidos políticos progressistas como no caso dos mandatos coletivos, a governança democrática participativa dos empreendimentos de economia solidária, o governo das comunidades de transição como as ecovilas, a autogestão em empresas recuperadas pelos trabalhadores, os processos de decisão dos orçamentos participativos, os processos de decisão em variados conselhos e conferências de políticas públicas que foram criados visando desenvolver políticas para grupos minoritários e dilemas-chave do país. Os exemplos são muito diversos.

No que diz respeito à participação social, merece destaque a representação de mulheres no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, por exemplo, que levou a um resultado notável: a Lei Maria da Penha contra a violência doméstica (Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006). Da mesma forma, vários grupos étnicos que participam do Conselho para a Promoção da Igualdade Racial, contribuíram para formular o Estatuto da Igualdade Racial contra a discriminação e a desigualdade racial. Já o Conselho Gestor da Internet, referenciado em todo o mundo, foi responsável por criar o marco civil da Internet. Os exemplos são

abundantes. Todas essas iniciativas representam o resultado de numerosas conquistas da sociedade civil e de ativistas institucionais durante o recente período de intensa inovação institucional.

Desde então, o repertório conceitual e de ações reivindicado pela gestão social está comprometido com o aprofundamento da democracia, direcionando sua atenção para o valor implícito das formas de gestão de bens comuns, dos processos decisórios participativos e deliberativos, da incorporação dos efeitos sociais e ambientais nas decisões, da equidade de gênero e raça nas organizações, bem como da solidariedade interpessoal e diversidade epistemológica na construção do conhecimento e na tomada de decisões.

Em adição, a gestão social pode ser vista como um modo de conduzir os processos de construção do conhecimento com atenção às evidências empíricas da conjuntura, agregando capacidades de se reorganizar para enfrentar as incertezas por meio da participação e representação política. Este conjunto de ferramentas contribuem para redimir a democracia da insuficiência das eleições, da parcialidade dos partidos políticos e dos modelos centralizados de gestão. Isso pode ocorrer por meio de mecanismos que tornam a governação dos assuntos públicos e coletivos mais porosa à opinião e interesse dos participantes e daqueles afetados pelas decisões, especialmente daquelas minorias sub-representadas nos processos de decisão.

Assim, a gestão social constitui-se como um contramovimento de proteção social e um contramovimento epistemológico que surge no seio da Ciência Social em geral, e da Ciência da Administração em particular, na medida que ela - como ciência interdisciplinar - procura questionar a hegemonia e expansão da gestão estratégica.

## 2. A conjuntura sociopolítica, a RGS e o ENAPEGS

Para compreender os efeitos que a conjuntura sociopolítica produziu sobre o desenvolvimento dos trabalhos da RGS, procura-se dar relevo - recorte temporal - ao últimos governos de cariz mais progressista, como nos casos de Lula da Silva e Dilma Rousseff, que obtiveram êxito nos pleitos eleitorais presidenciais (2002; 2006 e 2010; 2014, respectivamente). Estes governos foram marcados pela expansão de políticas sociais, reconhecimento da sociedade civil, dos movimentos sociais e fortalecimento dos espaços participativos como mecanismos de aprofundamento da democracia nas instituições e de qualificação da formulação e avaliação de políticas públicas.

É de amplo conhecimento que no ano de 2013 intensificaram-se manifestações massivas em diversas capitais brasileiras. No início, essas ações movimentalistas estiveram motivadas por agendas de partidos e movimentos de esquerda “Não é pelos 20 centavos”. Na sequência, as ruas foram capturadas e novos manifestantes converteram as mobilizações em um fato político “contra todos”, revelando uma insatisfação maior com o sistema político do que com o sistema econômico. Somam-se a isso os ingredientes acrescentados pelas investigações da operação Lava Jato, que, com a divulgação de diversos casos de corrupção, contribuiu para dar volume e características de uma primavera brasileira. O conteúdo dessas manifestações esteve repleto de slogans que demonstraram uma profunda insatisfação do eleitor com o sistema político. Invasão ao congresso nacional e ao Ministério das Relações Exteriores foram momentos representativos do junho de 2013 (LEAL, 2018).

Cabe também lembrar que a última vitória do Partido dos Trabalhadores (PT), com Dilma Rousseff enfrentando Aécio Neves do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), vencendo de forma muito apertada – 51,64% contra 48,36% –, já demonstrava o desgaste de três mandatos consecutivos. Soma-se a isso a perda do escudo legislativo, as manifestações nas ruas convertidas contra o governo, a ofensiva dos meios de comunicação e os tropeços econômicos do governo. Esses ingredientes combinados ofereceram razões para alimentar uma onda parlamentar que levou a Presidente Dilma Rousseff a ser destituída por impeachment do poder executivo brasileiro (367 deputados de um total de 513 votaram a

favor de sua destituição).

Na sequência, no bojo da operação Lava Jato, Lula da Silva é julgado e condenado em primeira e segunda instância, em um contexto de desconfiança que pesava sobre o sistema de justiça. O resultado da eleição de 2018 colou o candidato de extrema-direita, Jair Bolsonaro (Partido Social Liberal - PSL) no posto de presidente do Brasil com 55,13% dos votos no segundo turno.

Deve-se também levar em conta a crise econômica de 2008 para compreender as forças que atuam no Brasil atual, uma vez que os partidos de esquerda e da social democracia não conseguiram convencer o eleitor brasileiro de que o pacto entre desenvolvimento econômico e redistribuição é um caminho justo e eficaz. Assim, abriu-se oportunidade para partidos de extrema-direita e partidos ultra-liberais, que desconhecem ou ignoram o pacto social das democracias liberais e propõem políticas públicas polêmicas para enfrentar os novos dilemas do capitalismo, encontrando eco entre eleitores mobilizados pelas insatisfações do momento.

Há cinco pontos considerados nesta análise. Primeiro, as consequências dessas mudanças representaram grandes dificuldades para as narrativas das forças progressistas se colocarem com êxito na arena pública. Segundo, os partidos, movimentos e grupos de interesse de direita e extrema-direita inauguram um tipo de luta política que estimula ataques violentos e utilizam com grande sucesso os canais de internet. Terceiro, a formação de um bloco de extrema-direita, que antecede o candidato Jair Bolsonaro, e que se estruturou desde a divulgação dos trabalhos de Olavo de Carvalho (ideólogo de direita), a partir de *think tanks* internacionais com penetração no Brasil, de ações de movimentos de direita (Movimento Brasil Livre e Vem pra Rua) e de fontes de financiamento obscuras. Quarto, há uma grande perda para os partidos tradicionais de centro-direita: o PSDB e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) perderam 39% e 34%, respectivamente, de suas representações no congresso nacional. Num momento em que se esperava mais perdas à esquerda do espectro político, viu-se que o PT manteve grande parte de sua bancada e seguiu como o maior partido do parlamento brasileiro com 53 deputados, perdendo menos de 10% de sua representação em relação à legislatura anterior (2015-2018). Quinto, ampla renovação do congresso, com grande inclinação à extrema-direita, presença de novos partidos e enorme fragmentação. Com isso, o parlamento brasileiro agravou o seu crônico perfil de país com gigantesca fragmentação da representação política (30 partidos políticos), não só reiterando os problemas de governabilidade como os agravando.

Os dados da pesquisa Latinobarómetro (2018) no Brasil são reveladores ao demonstrar que a sociedade brasileira avançou em termos de tolerância a questões de gênero e participação das mulheres, mas mantém fortes valores baseados na família e religião. Acredita-se na democracia como forma de governo, porém, os eleitores revelam preferência por líderes fortes, tem baixa confiança em partidos políticos e no sistema de justiça, depositam nas forças armadas a confiança como instituição de equilíbrio para pôr ordem em momentos de dificuldades ou perturbações e também para resolver problemas de governos incompetentes. Talvez por isso, as questões de "lei e ordem" tenham estado no centro do debate político da última eleição presidencial em 2018. Nesse Brasil, a população utiliza como canal de acesso à informação sobretudo as redes sociais.

O governo de Jair Bolsonaro, atualmente sem partido, embora tenha sido eleito com expressivo apoio de parlamentares, apresenta muitas dificuldades em negociar a implementação do seu programa e com isso vem produzindo uma governabilidade conflitiva. Nesse sentido, Jair Bolsonaro tem uma posição frágil, assim como Collor de Mello (1990-1992) ou Jânio Quadros (1961), culpabiliza o passado, o Congresso e a história deixada pelos governos de esquerda, além disso, passou a justificar uma estabilização política do governo por via da presença crescente de militares em seu governo, indicando um quadro muito conturbado e potencial disruptivo para a democracia.

Acrescenta-se a isso, no rescaldo do primeiro ano do governo Bolsonaro, o fato de o mundo ter sido atingido por uma pandemia geradora de uma enorme crise mundial gerada pela contaminação do Sars-CoV-2,

causador da Covid-19, que rapidamente deixou de ser unicamente um problema de saúde pública para se converter em uma crise multifacetada, com consequências sociais, políticas e econômicas.

No Brasil, onde existem 11,4 milhões de pessoas vivendo em favelas e 40 milhões de trabalhadores informais, segundo informações do Censo Demográfico do IBGE (2010), faz soar o alarme relativamente aos riscos e ameaças que o novo coronavírus oferece às populações vivendo em condições de limite econômico e habitacional. Sabe-se que as consequências deixadas por esta e outras epidemias são atravessadas por distinções de classes sociais e econômicas, nomeadamente, aquelas que atingem os mais pobres.

Essa população vive inegavelmente em desvantagem por não possuir as condições materiais suficientes e adequadas para atender as medidas de contenção e se proteger da contaminação. São muitos os marcadores de desigualdade: acesso insuficiente ao abastecimento de água potável, ausência de saneamento e rede de esgoto, privação de espaço urbano apropriado, ambiente doméstico subnormal e postos de trabalho informais. Este conjunto de condições é claramente um obstáculo às medidas de cuidado contra o Covid-19.

A pesquisa realizada pelo do Data Favela (2020) apontou que 47% dos moradores das favelas são autônomos e apenas 19% possui contrato de trabalho. Para 75% dessas famílias, o fato dos filhos terem de ficar em casa aumenta as dificuldades para encontrar opções de trabalho e renda, especialmente para as mulheres. Ademais, 7 em cada 10 famílias já tiveram a renda reduzida como consequência da expansão do novo coronavírus. Sobre alimentação, 63% afirmam que seria prejudicada se precisassem ficar isolados em casa. Por fim, inevitavelmente, se perderem a renda, 72% não conseguiriam manter o padrão de vida por tempo algum.

Inúmeras consequências podem ser ressaltadas, mas duas delas se destacam: a insegurança trabalhista e a alimentar. O regime de insegurança alimentar ao qual essas famílias estão submetidas implica em indisponibilidade e acesso irregular aos alimentos, a pesquisa demonstra como nesta crise a situação é agravada. A insegurança do trabalho, nesse contexto, aponta para maior intermitência, redução de benefícios, achatamento da renda, afetando material e psicologicamente, resultando em uma existência ainda mais precária destes trabalhadores.

Esta fração de trabalhadores está mais exposta e com maior risco de contrair o vírus pelas condições dos seus trabalhos e pelas condições em que vivem. Sem dúvida isto é um fator que amplia e aprofunda a clivagem social brasileira. É este o efeito do Covid-19 sobre a desigualdade, reforçando ainda mais os contornos do distanciamento social realmente existente no Brasil.

Essa conjuntura não é sem consequência para o campo da gestão social que nesse momento se encontra mais recuado, uma vez que as organizações que possibilitam o seu desenvolvimento foram achatadas pelo governo, como no caso das medidas presidenciais que limitaram a atuação dos conselhos de políticas públicas. Também, as organizações da sociedade civil viram as fontes de recursos públicos para o desenvolvimento de suas atividades minguarem, a crise econômica limitou as doações de empresas para o terceiro setor e os movimentos sociais estão na retaguarda diante das medidas de criminalização de sua atuação e as instituições de ensino e pesquisa foram convertidas em párias do Ministério da Educação.

Notadamente para a RGS, essa conjuntura pressionou enormemente o seu trabalho, limitando a sua capacidade de organização e interação entre os participantes que viram o financiamento público de seus projetos serem drenados e sua área de investigação posta em quarentena pelo governo ao privilegiar as ciências exatas no financiamento à pesquisa.

Foi neste contexto que a comissão organizadora da XI edição do Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social - ENAPEGS 2020, em Maceió/AL, encontrou enormes obstáculos para mobilizar fontes de financiamento, uma vez que o Ministério da Educação e os órgãos Conselho Nacional de Desenvolvimento



Científico e Tecnológico (CNPq) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) passaram a hierarquizar os campos do conhecimento que seriam merecedoras para receber subsídios de pesquisa, na medida em que a área de humanidades e ciências sociais foram suprimidas da listagem oficial das áreas de pesquisa de interesse governamental. Este último elemento foi objeto de grande mobilização nacional dos pesquisadores para conseguirem remediar essa medida do governo.

Nestas ausências do governo federal, foi encaminhado o projeto do ENAPEGS para o edital de eventos da FAPEAL (Fundação de Amparo à Pesquisa de Alagoas), tendo como resultado a aprovação do projeto do ENAPEGS 2020, entre nove eventos selecionados pela FAPEAL. Além desse recurso, espera-se alcançar o financiamento para o evento, aproximadamente cem mil Reais, através de parcerias com organizações locais, entidades civis e o financiamento por meio das inscrições dos participantes.

### 3. A Rede de Pesquisadores em Gestão Social (RGS)

A RGS é o resultado de múltiplas interações entre pessoas e instituições vinculadas em torno do propósito de aprender, intervir e produzir conhecimentos em gestão social procurando evidências em organizações públicas, na sociedade civil, em movimentos sociais, em empresas privadas e no terceiro setor.

A partir de vínculos de confiança entre seus integrantes e da construção de capacidades técnicas, políticas e pedagógicas em torno de conceitos e práticas de gestão social, no âmbito da RGS são realizados eventos, publicação de livros e artigos em revistas científicas, projetos e programas de formação, projetos de pesquisa e de extensão universitária e engendrando parcerias entre grupos de pesquisa, gestores e atores sociais. Esse conjunto constitui o campo da gestão social, que alcançou reconhecimento significativo possibilitando demarcar um campo de estudos e pesquisas com características substantivas da investigação realizada em universidades brasileiras (SCHOMMER, 2014, p. 152).

A RGS começou a ser desenhada em 2003 e, desde então, vem desenvolvendo discussões a partir de uma agenda pautada na gestão de problemas sociais e ambientais, por meio de articulações democráticas e mediante uma visão intersetorial e interorganizacional (CORÁ; MOTTA, 2019).

O marco inicial desta rede é uma reunião realizada no ano de 2003 na cidade de São Paulo/SP, por iniciativa de pesquisadores da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Fundação Getulio Vargas (FGV), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), além outras instituições que vinham se dedicando aos temas de desenvolvimento local, desenvolvimento territorial, economia solidária, terceiro setor, responsabilidade social, sustentabilidade, gestão de políticas públicas, gestão social, gestão pública e organizações da sociedade civil (SCHOMMER, 2014).

Estes pesquisadores, há alguns anos, já dialogavam sobre a oportunidade e relevância em articular atividades e estudos sobre temas que tinham muitos elementos de convergência e, ao mesmo tempo, se diferenciavam de áreas disciplinares como administração estratégica, sociologia, ciência política, economia e urbanismo, carecendo de um espaço de discussão e experimentação próprio.

O momento de confluência da RGS se deu com a realização do I Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social em 2007 na cidade de Juazeiro do Norte/CE realizada pela atual Universidade Federal do Cariri (UFCA). Naquele momento, estabeleceu-se uma agenda permanente de encontros entre os pesquisadores da RGS, bem como permitiu a construção de agendas integradas de pesquisas, intercâmbio de conhecimento, ampliação do número de projetos de pesquisas, projetos de extensão e publicação de artigos que implicaram no surgimento de revistas acadêmicas temáticas e grupos de pesquisa, entre outros avanços.

O campo de estudo da gestão social, que se encontrava em construção ou *in progress* (BOULLOSA, 2009), ganhou maturidade e expandiu-se como objeto e processo de gestão tanto na academia quanto na prática de gestão das organizações da sociedade civil e gestão de políticas públicas.

Este amadurecimento alcançou ponto alto em 2018, durante a reunião da RGS no X ENAPEGS, que retornou à cidade de Juazeiro do Norte/CE, com a deliberação de institucionalizar a RGS por meio da formalização de uma entidade associativa para representar política e juridicamente este grupo de pesquisadores. Tal escolha pautou-se na importância de haver uma personalidade jurídica regulamentada para captação de recursos, organização do ENAPEGS, posicionamentos institucionais junto a órgãos de pesquisa e ensino, bem como para sociedade em geral.

Em 2019 houve um novo encontro da RGS em Brasília, momento em que se formou o conselho gestor da associação da RGS, bem como, foi o momento em que deliberou-se sobre o tema, data e formato do XI ENAPEGS a ser realizado na cidade de Maceió/AL no ano de 2020, sediado pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

#### 4. Um breve histórico do Enapegs

O ENAPEGS é o Encontro Nacional de Pesquisados e Gestão Social realizado desde o ano de 2007 pela Rede de Pesquisadores em Gestão Social (RGS) e organizado por centros de pesquisa da área de gestão social vinculados às universidades brasileiras. Ele reúne cerca de 500 pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento. Além de pesquisadores brasileiros, progressivamente a RGS passou a estabelecer laços de cooperação com pesquisadores de outros países, a exemplo de Chile, França, Portugal, Espanha, Equador, Argentina e Colômbia, que participam dos encontros e/ou vinculam-se a projetos em curso.

Como um espaço de trocas, o ENAPEGS reúne pesquisadores, estudantes e todo o conjunto de profissionais atuantes na área de gestão social com interesse em realizar estudos, formação e pesquisas relacionadas às temáticas em torno deste campo de saberes e práticas interdisciplinares, promovendo a apreensão, prospecção, discussão e difusão de conhecimentos teóricos e práticos compreendidos pela gestão social. A cada evento, busca-se aprofundar um tema que esteja em consonância com a instituição e região que o acolhe, bem como refletindo os avanços e o cenário atual.

Ainda no que concerne à sua concepção, o ENAPEGS é um ambiente de aproximação, desenhado para realizar a discussão relacionada às práticas e o debate conceitual. Neste sentido é que damos privilégio a exposição de casos de referência em gestão social advindas de organizações públicas, privadas e da sociedade civil que promovem o desenvolvimento ou aprimoramento das abordagens teóricas e práticas sobre gestão social. Isto contribui para, por um lado, difundir o conhecimento sistematizado em gestão social, e por outro, para incentivar novos estudos nas diversas áreas do conhecimento envolvidas com a construção de um olhar interdisciplinar do campo.

Como indicado, a primeira edição do ENAPEGS foi realizada em 2007, na cidade Juazeiro do Norte/CE pela atual UFCA, com a temática “Práticas em debate, teorias em construção”. Para Silva Junior (2014), o I ENAPEGS permitiu que vários pesquisadores e núcleos de estudo da área se reunissem e articulassem ações em território nacional para o fortalecimento da pesquisa sobre gestão social.

Outro destaque relevante para a criação do ENAPEGS é que este encontro não seria um espaço de reclusão e fechamento da academia em relação às práticas da gestão social. Em vez disso, seria um ambiente de aproximação, pois sua concepção foi pensada para a discussão relacionar as práticas e o debate conceitual. Destarte, no ENAPEGS existe um momento para que a exposição de práticas referenciais em gestão social advindas de organizações públicas, privadas e não-governamentais promovam o desenvolvimento ou aprimoramento das abordagens teóricas sobre gestão social. Isto contribui para, por um lado, difundir o conhecimento sistematizado em gestão social para aprimorar a prática desta

perspectiva de gestão e incentivar novos estudos nas diversas áreas do conhecimento envolvidas na construção de um olhar interdisciplinar do campo (SILVA JUNIOR, 2014, p. 61).

Inicialmente, o ENAPEGS era realizado anualmente até o ano de 2014, prioritariamente em cidades localizadas fora dos grandes centros acadêmicos e urbanos, já como parte da política da RGS. Após Juazeiro do Norte, seguiu-se, em 2008, para a cidade de Palmas (Tocantins), 2009 entre Juazeiro (Bahia) e Petrolina (Pernambuco), 2010 na cidade de Lavras (Minas Gerais), 2011 em Florianópolis (Santa Catarina), 2012 em São Paulo (São Paulo), 2013 em Belém (Pará), 2014 em Cachoeira (Bahia). Após 2014, em assembleia, a RGS definiu que o encontro passaria a ser bianual. Assim, em 2016 ocorreu na cidade de Porto Alegre (Rio Grande do Sul), em 2018 voltou à Juazeiro do Norte para comemorar a décima edição e em 2020, conforme visto acima, decidiu-se por realizá-lo na cidade de Maceió (Alagoas).

Com isto, já se passaram dez edições repletas de experiências, construção mútua de saberes, expansão de fronteiras e acima de tudo, contribuindo para a consolidação dos construtos que permeiam esta temática situada no seio da experiência democrática contemporânea e da pesquisa em Administração, a partir da articulação entre os diversos núcleos de pesquisa sobre o tema e, especialmente, permitindo a inclusão da comunidade acadêmica e profissional nesta discussão interdisciplinar emergente.

Aos poucos, tem sido possível avançar e criar relações cada vez mais intrínsecas com a natureza interdisciplinar da gestão social, tendo hoje a compreensão que facilmente se aproxima de um ideal de governança democrática substantiva, que também se situada em processos dialógicos, mobilizadores, participativos, deliberativos, inclusivos e emancipadores, contrapondo-se cada vez mais a processos gerencialistas tradicionais, hierárquicos, isolados, burocráticos, privatistas e mercantis.

## 5. O ENAPEGS 2020

Há dois anos atrás, no X Encontro Nacional de Pesquisados em Gestão Social realizado em Juazeiro do Norte (2018), os autores deste trabalho se candidataram como organizadores do XI ENAPEGS na condição de docentes da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), durante a reunião assembleia anula da RGS, com o intuito de realizar o evento no estado de Alagoas.

Naquele momento, outra grupo de pesquisadores também apresentaram uma candidatura para realização do evento, porém ao passarmos pelas perguntas dos membros da RGS deixou-se claro que, mesmo não havendo segurança financeira para realização do evento, tinha-se a convicção que o ENAPEGS seria realizado de forma participativa, integradora, reiterando os valores da RGS, bem como buscando incorporar o debate crítico e a valorização das agendas de pesquisa das universidades parceiras. Após apresentação das razões e propostas de cada proponente foi decidido, por meio de votação pela maioria dos presentes na reunião, que a candidatura dos professores da UFAL era mais pertinente para organizar o XI ENAPEGS. Segundo a percepção dos autores: “Saímos da reunião com a incumbência de preparar um excelente encontro em 2020. Não seria fácil, mas tínhamos certeza que seria realizado”.

Desde então, deu-se início a organização e montagem da comissão organizadora local para auxiliar na realização do ENAPEGS, procurou-se professores que tivessem adesão aos temas de pesquisa em gestão social, pois não haviam outros pesquisador participantes da RGS no estado de Alagoas, além dos docentes que aprovaram a proposta de organização do evento. Assim, organizou-se uma comissão procurando integrar docentes de diversos cursos da UFAL do campus central em Maceió e do campus do interior na cidade de Arapiraca, além de docentes parceiros da Universidade Tiradentes (UNIT), que tornou-se o locus para sediar a realização do evento.

Paralelamente à formação da comissão local e científica (com a participação dos membros da RGS),



começou-se a discutir a “feição” e identidade que gostaríamos de atribuir a edição do ENAPEGS 2020, e assim depois de uma construção coletiva chegou-se ao tema: “Gestão social e solidariedade democrática: polarizações, alternativas e novos saberes”.

A partir da definição do tema, os coordenadores do evento convidou diversos pesquisadores e estudantes para debater as quatro dimensões fundamentais que foram elaboradas para orientar a organização do evento. Essas dimensões visam contribuir para seguinte reflexão: compreender e repensar as relações entre o Estado, o mercado e a sociedade civil numa perspectiva contemporânea, quais sejam:

- **Polarizações:** Queremos demonstrar um interesse pelas pesquisas que estão na fronteira entre os estudos de movimentos sociais e os estudos organizacionais e que olham com atenção para a mudança de propósitos e atitudes manifestados por governos, empresas e sociedade civil capaz de revelar profundas clivagens e polarizações na sociedade contemporânea. Referimo-nos aqui às situações ocorridas no contexto internacional (Brexit, eleição de Donald Trump, 'Não' ao referendo pela paz na Colômbia, ascensão de governos e parlamentos autoritários na Europa, separatismo na Espanha, etc); e ao contexto nacional (pós-junho de 2013, ascensão da nova direita, MBL e Vem pra rua, fake news, manifestações contra Judith Butler e exibição da Queer Museu, impeachment no Brasil, extinção de conselhos, entre outros).
- **Alternativas:** Queremos fazer referência aos estudos sobre diferentes grupos sociais e instituições que estão desenvolvendo novos repertórios de resiliência contra a exclusão social e a desigualdade em vários domínios sociais. Proporcionar um espaço de reflexão sobre a emergência/surgimento de redes e alianças entre movimentos, lutas e organizações locais ou nacionais que se mobilizam para lutar contra a exclusão social, a precarização do trabalho, o declínio das políticas públicas, a erosão e verticalização da democracia, a destruição ambiental e da biodiversidade, o desemprego, as violações dos direitos humanos, etc. Queremos compreender as estratégias utilizadas, as formas de gestão e governança, os valores, perfis e atitudes destas iniciativas.
- **Novos saberes:** Queremos destacar as diferentes lógicas e diferentes formas de pensar e expressar o conhecimento, de modo a construir ponte, diálogo e comunicação entre áreas e atores do saber. Essa perspectiva revela um conjunto diversificado de epistemologias extremamente dinâmicas em que se observa a presença de velhos e novos atores, novas experiências e narrativas que estão sendo reveladas e discutidas, como as perspectivas do feminismo, pós-coloniais, questão racial, epistemologias do Sul, entre outras. Assim, propomos uma reprodução, apropriação e integração desses conhecimentos numa interação com a gestão social.
- **Arena pública:** Queremos enfatizar os estudos que colocam no cerne da pesquisa o "público" enquanto ambiente de interseção social ou institucional (informal, político, confessional, organizacional), em que problemas públicos se constituem para fazer conservar ou transformar o status quo. Aqui percebemos a arena pública como um estilo de encontro específico que fornece a infraestrutura para as organizações, movimentos e o Estado em que se desenvolvem situações de conflito, cooperação, equidade, liderança e que podem ser baseadas em uma prática substantiva de democracia ou ainda de poder arbitrário.

Definido o tema, começou-se a desenhar o formato do encontro e a programação científica. Quanto ao formato, foram propostas quatro mesas redondas, uma palestra de abertura e uma palestra de encerramento, além das sessões de apresentação de trabalhos, dos workshops realizados pela Escola Livre em Gestão Social, do III Cine de Gestão Social, do II Atelier de Pós Graduação, do Fórum de Projetos Transformadores e das Oficinas de Métodos e Técnicas de Pesquisa.

Cabe reiterar que o primeiro dia do ENAPEGS é sempre marcado pela reunião e assembleia da RGS, momento em que se decide ações para o ano seguinte, bem como as próximas reuniões da rede e, especialmente, o local e organizadores (as) da edição seguinte do ENAPEGS. Isso sempre se repete em todas as edições do evento.

Os temas das mesas redondas e das palestras foram criados a partir da temática do evento e dos eixos temáticos-conceituais, sendo eles: Abertura: Gestão social e solidariedade democrática; Mesa 1: Empresas Sociais, Negócios de Impacto e Economia Solidária; Mesa 2: Movimentos Sociais, os sentidos da cidadania e o futuro da participação; Mesa 3: Polarizações e alternativas na arena pública; Mesa 4: Tecnologias Sociais, Transições e Meio-Ambiente; Mesa de Encerramento: Novos saberes e caminhos para gestão social. Para tanto, foram convidados pesquisadores e intelectuais brasileiros de diversas universidades e da sociedade civil, além de intelectuais estrangeiros oriundos de países como França, Portugal, Itália, Estados Unidos, Argentina e México. Ademais, essa programação possibilitou o diálogo com novas redes de pesquisadores, como pesquisadores da área de tecnologia social e mudança climática, da área de negócios sociais e os pesquisadores da área de participação social e políticas públicas.

Foi lançado um edital para seleção dos Grupos de Trabalho (GTs), sendo aprovados vinte e dois GTs, os artigos e relatos de caso submetidos ao evento foram encaminhados pelos autores(as) a um dos GTs, cabendo aos líderes de cada GT o trabalho de avaliação, parecer, aprovação e rejeição.

Como atividades complementares à programação definiu-se que no turno matutino seriam realizados os workshops sob responsabilidade da Escola Livre de Gestão Social (ELGS), que recebeu as propostas por meio de edital, além de Ateliê de Ideias para discussão de projetos de mestrado e doutorado, os workshops de métodos e técnicas de pesquisa (qualitativas e quantitativas), o Cine Gestão Social em sua terceira edição com a curadoria formada por cineastas e professores. Já no turno vespertino teria lugar a apresentação dos artigos submetidos aos vinte e dois grupos de trabalho, um total de 350 trabalhos. Para a duração de todo o evento foi programada a realização de uma Feira de Economia Solidária, Artes e Artesanato em que tem como participantes os empreendimentos solidários, grupos de artesãos e produtores da agricultura familiar, tendo como meio de pagamento a moeda social SURUROTE - tecnologia social da comunidade Vergel do Lago, Maceió.

Foram recebidos cerca de 500 trabalhos, sendo 350 trabalhos aprovados pelos avaliadores dos respectivos GTs, perfazendo um total de mais de 350 participantes inscritos para o conjunto das atividades. No mês de março, enquanto as passagens aéreas dos palestrantes eram emitidas, o Brasil e o mundo foi surpreendido pela pandemia do Covid-19, com significativa intensidade no Brasil, desencadeando a suspensão de eventos, fechamentos de atividades comerciais, suspensão do calendário acadêmicos das instituições de ensino e medidas de contenção e isolamento social promulgada pela Organização Mundial da Saúde, Ministério da Saúde e por vários governos estaduais e municipais em todo o país. Como consequência, os organizadores do ENAPEGS 2020 viram-se obrigados a prorrogar o evento.

O adiamento do XI ENAPEGS se deu em meio a esse conjunto de fatores, adicionalmente, ao receio que recaiu sobre os coordenadores, autores e participantes provocado pelo contexto de perturbação social e sanitária acarretados pela pandemia do Covid-19. Ao final do mês de março de 2020 a decisão de prorrogar foi consolidada e o XI ENAPEGS apresentou a nova data para ser realizado entre os dias 28 de setembro a 01 de outubro de 2020, mantendo-se o mesmo local de realização, campus da UNIT na cidade de Maceió/AL. Essa mudança foi comunicada e permitiu tranquilizar e dar maior segurança aos participantes do evento e membros da RGS.

De outro modo, essas mudanças não deixam de representar riscos, uma vez que a comissão organizadora está suscetível a cancelamentos e pedidos de ressarcimento do pagamento de inscrições, indisponibilidade dos palestrantes convidados, o que pode inviabilizar a realização do evento de um ponto de vista orçamentário, financeiro e logístico. Daí a preocupação em escolher uma data em que não colidisse com

outros eventos de áreas afins, bem como, criar estratégias para que não houvesse desmobilização dos parceiros e participantes inscritos.

No íterim destes acontecimentos, abriu-se uma vaga de atividades acadêmicas e políticas realizadas via redes sociais. A enorme profusão de atividades acadêmicas realizadas via web através de redes sociais e aplicativos de transmissão online animou a RGS em parceria com a Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (ANEPCP) e o Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social (LIEGS/UFCA) para realizar um pré-ENAPEGS em formato virtual nas mesmas datas em que estava previsto o ENAPEGS 2020, entre os dias 25 e 28 de maio. Para este encontro foram previstas oito mesas redondas virtuais, sendo duas a cada dia, além de três workshops realizados pela Escola Livre em Gestão Social. Todas as mesas procuram refletir como tema central a pandemia do coronavírus e as mobilizações e estratégias da administração pública, sociedade civil organizada, movimentos sociais e outras iniciativas a partir do campo da gestão social, procurando assinalar como esse campo conceitual e institucional responde ao cenário de crise.

Para tanto, foram convidados trinta e cinco pesquisadores, esperando que eles (as) apresentem contribuições reflexões qualificadas do que se está vivenciando atualmente, em especial, como a gestão social pode elaborar uma reflexão sobre os acontecimentos atuais que foram aqui apresentados. Destaca-se ainda, que os palestrantes foram convidados para apresentar o resultados de suas exposições na modalidade de um artigo ou ensaio visando compor um Fórum de Discussão em edição especial da Revista Nau Social, dessa forma oportunizando mais um espaço de interlocução e difusão dos conhecimentos compartilhados no Pré-ENAPEGS virtual com protagonismo da gestão social.

## 6. Considerações finais: o ENAPEGS, a conjuntura sociopolítica e a pandemia

Diante dos acontecimentos e problemas apresentados, elencamos quatro condições que nos permite compreender e perceber como o campo da gestão social e a RGS percebe e contorna este cenário.

Primeiro, a gestão social adota formas de solidariedade em rede a partir de processos construídos de forma democrática, horizontal e participativa, o que permite que a governança se torne uma prática de gestão social. Isto é o que se tem observado durante a organização do ENAPEGS 2020, uma vez que a tomada de decisão para se adiar o evento que já se encontrava bastante estruturado e em condições de realizá-lo, não foi nada simples, antes exigiu a distribuição de responsabilidades, bem como com o suporte diretamente relacionado com os laços de confiança e cooperação encontrados na RGS e no campo da gestão social. Isto pode ser confirmado pela recusa dos participantes em solicitar o cancelamento da inscrição e ainda pela rápida implicação de muitos membros da RGS e da comissão local em compor um comitê de gestão de crise para administrar as consequências que recaíram sobre os organizadores do evento, acumulando-se enormes responsabilidades.

Segundo, a pandemia e a quarentena fizeram com que os pesquisadores tivessem que se reinventar, lidar com os desafios de trabalhar de forma compartilhada e remota, tiveram que adotar novas formas de aprendizado e de transferência de conhecimento, com o uso de novas tecnologias digitais para continuar a realizar suas pesquisas, aulas e novas modalidades de extensão universitária, além de despertarem para novas agendas de pesquisa relacionadas às contingências que essa modalidade de trabalho apresenta.

Em uma live ocorrida em abril de 2020, o professor André Santos (UFBA) comentou que os pesquisadores do Campo de Públicas, agora mais do que nunca, precisam dedicar-se à produção de reflexões críticas e de desenhos que auxiliem os governos e a sociedade a lidarem com esta crise sanitária, econômica, social e política. Daí mais uma motivação para realizar um evento virtual, o Pré-ENAPEGS que traz esta agenda para a RGS.

Terceiro, diante da conjuntura sociopolítica que se apresentou, desde o final de 2018, os pesquisadores da

RGS passaram a conviver com um conjunto de medidas governamentais que oferece risco direto aos trabalhos de ensino, pesquisa e extensão nas universidades, ao verem se aprofundar uma crise do financiamento à pesquisa e a extensão universitária, o ataque público às ciências sociais e humanidades, provocando um receio da comunidade acadêmica sobre o futuro do trabalho acadêmico no Brasil. Isto vem obrigando os pesquisadores em geral, e da RGS em particular, a buscar meios alternativos para dar continuidade aos trabalhos. Seja recorrendo a migração acadêmica para outros países, busca de participação em projetos com parceiros internacionais ou pelo compartilhamento de recursos com instituições da sociedade civil, visando enfrentar esse período em que visivelmente pode comprometer o desenvolvimento do campo da gestão social, quer seja para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa ou extensão.

Finalmente, o que se quer apontar neste trabalho diz respeito ao longo e largo caminho que se abre, como crise e oportunidade, para afirmação da gestão social, quer seja como desenvolvimento epistemológico de um campo científico em ascensão ou como um campo prático de produção de tecnologias sociais e de instrumentos analíticos de gestão e intervenção na realidade social. É esta a tarefa da gestão social.

## Referências

BOULLOSA, R. F.; SCHOMMER, P. C. Gestão Social: caso de inovação em políticas públicas ou mais um Enigma de Lampedusa? In: RIGO, Ariádne, S. R. (orgs.). et al. **Gestão Social e Políticas Públicas de Desenvolvimento: Ações, Articulações e Agenda**. Recife: Coleção ENAPEGS, vol. 3. UNIVASF, pp. 65-92, 2010.

BOULLOSA, R. F. (2009). Contribuições conceituais e metodológicas para a avaliação de processos e práticas de Gestão Social a partir das perspectivas da policy analysis e da abordagem social da aprendizagem. Salvador. **Anais Colóquio Internacional sobre Poder Local**, 11, Salvador: CIAGS/UFBA.

CANÇADO, Airton Cardoso; TENORIO, Fernando Guilherme; PEREIRA, José Roberto. Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 681-703, Sept. 2011.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. **Características da população e dos domicílios: resultados do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

CORÁ, M. A. J., MOTTA, R. G. Intersetorialidade e redes: a trajetória de Luciano Antonio Prates Junqueira na Gestão Social. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo v. 24 n. 79, p. 1-20, 2019.

CORPORACIÓN LATINOBARÓMETRO. **Informe 2018**. Corporación Latinobarómetro, 2018.

DATA FAVELA.. **Coronavírus nas favelas**. Instituto Locomotiva, 2020.

LEAL, Leonardo Prates. Constranger a democracia: a participação sob ameaça no Brasil. **Jornal Público**, Portugal, 19 de abr de 2019. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2019/04/19/opiniao/opiniao/constranger-democracia-participacao-ameaca-brasil-1869821>>. Acesso em: 20 de abr. de 2020.

\_\_\_\_\_. O Brasil de novo perdido no seu labirinto? **Jornal Público**, Portugal, 19 de out. de 2018. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2018/10/19/mundo/opiniao/o-brasil-de-novo-perdido-no-seu-labirinto-1847908>>. Acesso em: 20 de abr. de 2020.

SCHOMMER, Paula Chies. Rede de Pesquisadores em Gestão Social. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 152-154.

SILVA JUNIOR., Jeová Torres. ENAPEGS. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 60-63.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. Gestão Social, um conceito não Idêntico? In: CANÇADO, C. A.; TENÓRIO, F. G.; SILVA, T. J. (orgs). **Gestão Social, Aspectos teóricos e aplicações**. Ijuí: Editora Unijui, 2012.

\_\_\_\_\_. Gestão social: uma perspectiva conceitual. **Revista de administração pública**, v. 32, n. 5, p. 7-23, 1998.